

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Aviso n.º 6681/2006 (2.ª série). — Faz-se público, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que a lista de antiguidade, com referência a 31 de Dezembro de 2005, respeitante ao pessoal do quadro da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura se encontra afixada nestes serviços, após rectificação, para consulta dos interessados.

24 de Maio de 2006. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Rectificação n.º 921/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 11 103/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, rectifica-se que, a p. 7277, onde se lê «(área jurídica)» deve ler-se «(área funcional — estudos de apoio à decisão e consultoria no âmbito das áreas de actividade da DGPA)».

24 de Maio de 2006. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 12 179/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Maio de 2006 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

José Ferreira Gomes, auxiliar agrícola, da carreira de auxiliar agrícola, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral — reclassificado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, designadamente através dos artigos 6.º e 7.º, na categoria de tractorista, da carreira de tractorista, do mesmo quadro de pessoal, considerando-se exonerado da categoria e carreira anteriores a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Maio de 2006. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *António José Baetas da Silva*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Aviso n.º 6682/2006 (2.ª série). — Para os devidos efeitos e dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que nesta data foi afixada, para consulta, em todas as unidades operativas e serviços centrais do INIAP, a lista de antiguidade dos funcionários do quadro deste Instituto em referência a 31 de Dezembro de 2005.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, da organização da lista cabe reclamação no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Maio de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Escola Náutica Infante D. Henrique

Despacho n.º 12 180/2006 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, por despacho de 18 de Julho de 2005, sob proposta do conselho científico da Escola Náutica Infante D. Henrique de 11 de Julho de 2005, foi autorizada a abertura de concurso documental para o recrutamento de um professor-adjunto para a área científica de Tecnologias dos Transportes, pelo edital n.º 718/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005.

Tendo sido suscitadas dúvidas e verificado vício de ilegalidade do supra-mencionado concurso, determino a anulação do mesmo e abertura de novo concurso, removendo-se as questões controvertidas.

25 de Maio de 2006. — O Director, *João Reverendo da Silva*.

Inspecção-Geral das Obras Públicas

Despacho n.º 12 181/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Abril de 2006 do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida ao licenciado Manuel Fernando Manaças Ferreira, inspector superior principal do quadro da Inspecção-Geral das Obras Públicas, uma licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau, pelo período de um ano, com início em 1 de Julho de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Inspector-Geral, *A. Flores de Andrade*.

Despacho n.º 12 182/2006 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Maio de 2006 do inspector-geral das Obras Públicas:

Eduardo Jorge de Jesus Padinha, assistente administrativo principal integrado no quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Obras Públicas, em lugar automaticamente criado pelo despacho conjunto n.º 631/2002, de 18 de Julho, e a extinguir quando vagar — nomeado, precedendo concurso, assistente administrativo especialista do mesmo quadro e nas mesmas condições, considerando-se exonerado da categoria anterior com efeitos a partir de 31 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2006. — O Inspector-Geral, *A. Flores de Andrade*.

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Rectificação n.º 922/2006. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 6004/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, rectifica-se que onde se lê «1.4 — De acordo com o artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos que, no âmbito das competências ora delegadas, tenham sido praticados desde 3 de Março de 2006.» deve ler-se «1.4 — De acordo com o artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos que, no âmbito das competências ora delegadas, tenham sido praticados desde 3 de Abril de 2006.».

24 de Maio de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *Amândio Dias Antunes*.

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

Deliberação n.º 742/2006. — Por deliberação de 19 de Maio de 2006 do conselho de administração do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.:

Flor Maria Oliveira dos Reis Tomás — nomeada, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, assessora principal da carreira técnica superior do quadro especial transitório, constante do anexo I, aprovado pela Portaria n.º 1162/2001, de 4 de Outubro.

José Manuel Pereira Maciel Andrade — nomeado, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, inspector superior assessor da carreira de inspecção de navios do quadro especial transitório, constante do anexo I, aprovado pela Portaria n.º 1162/2001, de 4 de Outubro.

Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho — nomeado, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, inspector superior principal da carreira de inspecção de navios do quadro especial transitório, constante do anexo I, aprovado pela Portaria n.º 1162/2001, de 4 de Outubro.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Eduardo da Silva Martins*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 743/2006. — Por deliberação de 24 de Maio de 2006 da direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, procedida da anuência do presidente do conselho de administração do Hospital de Egas Moniz:

Rogério Nuno Leitão dos Santos de Sousa Amaral, assistente administrativo posicionado no escalão 1, índice 199, do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz, a exercer funções em regime de requisição neste organismo — autorizada a transferência para o quadro de pessoal deste Laboratório Nacional com a categoria, escalão

e índice que detém, com efeitos a partir de 16 de Maio de 2006, considerando-se exonerado do lugar de assistente administrativo do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz e deixando de exercer funções em regime de requisição a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Maio de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 12 183/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, regulamentado através do despacho n.º 92/SESS/90, do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 3 de Dezembro de 1990, os funcionários e agentes da Administração Pública podem requerer a prorrogação da equiparação a bolseiro no País quando se proponham realizar mestrados de reconhecido interesse público.

Considerando que a conclusão da tese, no âmbito do doutoramento em Economia, do técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro, actualmente afecto ao Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, mestre Jorge Manuel Alves Caleiras se reveste de interesse para esta instituição, dado que a sua tese será dedicada ao tema «Para lá dos números — As consequências pessoais do desemprego. Trajectórias de exclusão e estratégias de enfrentamento», não existindo prejuízo para o normal funcionamento do serviço onde presta funções;

Considerando que o Instituto da Segurança Social, I. P., emitiu parecer favorável à prorrogação da equiparação a bolseiro, envolvendo a dispensa total do exercício de funções, com efeitos a partir de 21 de Abril de 2006:

Ao abrigo do disposto no regime supramencionado e no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, determino o seguinte:

1 — É concedida a prorrogação da equiparação a bolseiro no País ao técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior, mestre Jorge Manuel Alves Caleiras, pelo período de um ano.

2 — A presente prorrogação de equiparação a bolseiro implica a dispensa total do exercício de funções, com efeitos a 21 de Abril de 2006.

11 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Despacho n.º 12 184/2006 (2.ª série). — A Cimentos — Federação das Caixas de Previdência, criada pelo Decreto n.º 28 321, de 27 de Dezembro 1937, foi constituída pelas Caixas de Previdência do Pessoal da Companhia Cimento Tejo, Caixa de Previdência do Pessoal da SECIL — Companhia Geral de Cal e Cimento e Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria.

Os beneficiários das caixas de previdência integradas naquela Federação estão abrangidos por um fundo, denominado «Fundo Especial de Segurança Social, da Cimentos — Federação das Caixas de Previdência», mediante o pagamento da contribuição suplementar de 0,9% a cargo das entidades empregadoras.

A reestruturação do sector da indústria cimenteira tem dado origem à criação de novas empresas, designadamente no âmbito do Grupo CIMPOR, no qual se inclui a CIMPOR — Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S. A., que tem ao seu serviço trabalhadores que se encontravam a contribuir para a Cimentos — Federação das Caixas de Previdência e, conseqüentemente, para o respectivo Fundo Especial.

Assim, por forma que os trabalhadores que se encontram naquelas circunstâncias ao serviço da empresa CIMPOR — Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S. A., possam continuar abrangidos pela Cimentos — Federação das Caixas de Previdência, toma-se necessário proceder ao alargamento de âmbito da Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria, de modo que a citada empresa se constitua em entidade contribuinte daquela Caixa.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — O âmbito da Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria é tornado extensivo à empresa CIMPOR — Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S. A.

2 — São abrangidos pela Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria e, conseqüentemente pelo Fundo Especial de Segurança Social da Cimentos — Federação das Caixas de Previdência, apenas os trabalhadores da empresa referida no número anterior que já eram beneficiários deste Fundo anteriormente à constituição da mesma.

3 — O alargamento do âmbito da Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2004.

14 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 12 185/2006 (2.ª série). — 1 — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, e no n.º 4 da cláusula vii, do n.º 2 da cláusula xii e do n.º 4 da cláusula xv, todas do Protocolo homologado pela Portaria n.º 446/87, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 354/97, de 26 de Maio, 669/99, de 18 de Agosto, e 114/2003, de 29 de Janeiro, que criou o CFPSA — Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar, exonerou José Silva Teotónio e Luís Miguel Francisco Campos das funções, respectivamente, de vogal do conselho técnico-pedagógico e de vogal da comissão de fiscalização e verificação de contas, e nomeio, sob proposta da Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares (ACIP), Nelson Duarte Rodrigues para o exercício das funções de vogal do conselho técnico-pedagógico e Fernando António Brito Mendes para o exercício das funções de vogal da comissão de fiscalização e verificação de contas do referido Centro de Formação Profissional.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

18 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Despacho n.º 12 186/2006 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 13 de Maio de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, e no n.º 4 da cláusula vii do Protocolo homologado pela Portaria n.º 407/98, de 11 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 329/99, de 12 de Maio, que criou o INOVINTER — Centro de Formação e de Inovação Tecnológica, exonerou, com efeitos reportados a 30 de Março do corrente ano, a licenciada Ana Isabel Mota da Silva Coelho das funções de vogal do conselho de administração do referido Centro de Formação, nomeando, sob proposta do Instituto do Emprego e Formação Profissional, para o exercício das mesmas funções, Simone de Jesus Pereira.

18 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo

Despacho (extracto) n.º 12 187/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo de 23 de Maio de 2006:

Diamantino Augusto Rodrigues Pascoal — nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional especialista principal do quadro de pessoal do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, escalão 1, índice 316, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da data da aceitação.

Maria Oflia Vilarinho Martins da Costa — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal do quadro de pessoal do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, escalão 2, índice 326, considerando-se exonerada do anterior lugar a partir da data da aceitação.

O Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo obteve, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, a necessária confirmação da declaração de cabimento orgamental.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2006. — A Chefe de Repartição, *Odete Fernandes*.